



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

GEICE NOGUEIRA DA SILVA

**INFÂNCIA E MEMÓRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Miracema do Tocantins, TO

2022

Geice Nogueira da Silva

Infância e Memória: Uma reflexão sobre questões étnico-raciais na Educação Infantil

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins –Câmpus de Miracema, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Pedagoga (Licenciatura em Pedagogia). Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob orientação do Professor Doutor Francisco Gonçalves Filho.

Miracema do Tocantins, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586i Silva , Geice Nogueira da .
Infância e Memória : Uma reflexão sobre questões étnico-raciais
na Educação Infantil . / Geice Nogueira da Silva . – Miracema, TO,
2022.
35 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2022.
Orientador: Francisco Gonçalves Filho

1. Escravidão . 2. Racismo. 3. Identidade . 4. Memória e Infância .
I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

GEICE NOGUEIRA DA SILVA

INFÂNCIA E MEMÓRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS
NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins –Câmpus de Miracema, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Pedagoga sob orientação do Professor Doutor Francisco Gonçalves Filho.

Data de aprovação: 30/06/2022.

Banca examinadora:

Profº. Dr. Francisco Gonçalves Filho, Orientador, UFT.

Profº. Dra. Layanna Giordana Bernardo Lima, Examinadora, UFT

Profª. Juliana Chioca Ipolito, Examinadora, UFT.

Profª Thallyta Teixeira Silva, Examinadora, UFT.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Deice Nogueira e meu pai Antônio Carlos que sempre me incentivaram e confiaram em mim. Obrigado pelo suporte, acolhimento e por serem minhas referências.

Agradeço ao meu orientador, professor Doutor Francisco Gonçalves Filho, que desde o início da minha trajetória acadêmica contribuiu imensamente na minha formação através das suas disciplinas, que também foram o mote para a realização desse trabalho. Obrigado pelas orientações trocas, seu alto astral e a paciência comigo.

Agradeço à Prof. Dra. Ana Corina Spada pelas orientações iniciais deste estudo. Nossos estudos iniciais foram importantes para o desenvolvimento atual do TCC e sua finalização com o orientador. Muito obrigado.

Um agradecimento especial aos meus amigos e companheiros de curso: Gustavo Barros Rodrigues e Sandra Pereira da Silva. Obrigado por nossas trocas e por serem meus pontinhos de paz e estresse durante esses anos.

Agradeço também às minhas amigas Raiane da Silva Amaral e Ana Karoline Borges, por nossas conversas e momentos de lazer.

Agradeço aos meus colegas de turma pelas trocas e vivências. Foi um prazer compartilhar essa fase da minha vida com vocês.

Um agradecimento especial a todos os professores do curso pelos saberes compartilhados.

E por fim, agradeço a todos que vieram antes de mim e que abriram caminhos para que eu chegasse até aqui. Obrigada!

“A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. ecoou lamentos de uma infância perdida. A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias, debaixo das trouxas, roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela. A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes, recolhe em si, as vozes mudas, caladas, engasgadas nas gargantas. A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância, o eco da vida-liberdade”.

Poema “Vozes-mulheres”, de Conceição
Evaristo

RESUMO

O objeto que norteou nossa pesquisa surgiu em 2018, na disciplina Infância, Cultura e Sociedade. Ganhou sustentação a partir das vivências no Programa Institucional de Bolsas e Iniciação à Docência (PIBID); e Estágio Supervisionado dos Anos Iniciais, em 2018/2019. Assim, em nossa primeira seção traçamos um breve histórico do processo de racismo no Brasil, decorrente do período escravocrata e suas implicações na identidade étnico-racial, no pós-abolição (1888). Em seguida investigamos as contribuições da Lei 10.639/2003 e das principais diretrizes que orientam a Educação Infantil no Brasil, acerca das questões étnico-raciais. Na terceira seção recorreremos às memórias da infância, relacionando-as com os registros das experiências pedagógicas junto ao PIBID e ao Estágio Supervisionado dos anos Iniciais. Os registros demonstraram que, algumas crianças negras não estavam se identificando com suas características afro-brasileiras. Assim, em nossa metodologia recorreremos ao conceito de memória, enquanto um método de pesquisa qualitativo, que sofre influências do meio social para concluir que as ações pedagógicas antirracistas são fundamentais na produção de novas subjetividades que possibilitem a identidade étnico-racial dos sujeitos na escola.

Palavras-chave: Escravidão. Racismo. Identidade. Memória. Infância.

ABSTRACT

The object that guided our research emerged in 2018, in the discipline Childhood, Culture and Society. It gained support from the experiences in the Institutional Scholarship and Initiation to Teaching Program (PIBID); and Supervised Internship of the Initial Years, in 2018/2019. Thus, in our first section we trace a brief history of the process of racism in Brazil, resulting from the slavery period and its implications for ethnic-racial identity, in the post-abolition period (1888). Then we investigate the contributions of Law 10.639/2003 and the main guidelines that guide Early Childhood Education in Brazil, about ethnic-racial issues. In the third section, we turn to childhood memories, relating them to the records of pedagogical experiences with the PIBID and the Supervised Internship of the Initial years. The records showed that some black children were not identifying with their Afro-Brazilian characteristics. Thus, in our methodology, we resort to the concept of memory, as a qualitative research method, which is influenced by the social environment to conclude that anti-racist pedagogical actions are fundamental in the production of new subjectivities that enable the ethnic-racial identity of subjects at school.

Keywords: Slavery. Racism. Identity. Memory. Childhood.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL.....	9
2.1	A educação étnico-racial para a infância no Brasil (dispositivos legais).....	14
2.1.1	Dispositivos legais para Educação Infantil.....	16
2.1.2	O referencial curricular nacional para educação infantil- RCNEI.....	16
2.1.3	DCNEI.....	17
2.1.4	BNCC.....	19
3	MEMÓRIAS DE INFÂNCIA E REGISTROS ACADÊMICOS NO PIBID E ESTÁGIO SUPERVISIONADO DOS ANOS INICIAIS NA CIDADE DE MIRACEMA DO TOCANTINS (2018-2019)	22
3.1	Memórias de Infância: o que nos revelam sobre as relações raciais estabelecidas no ambiente de Educação Infantil	23
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS.....	31
	ANEXOS	33

1 INTRODUÇÃO

O estudo se delineou a partir das minhas vivências com disciplinas, programas de iniciação à Docência e projetos de extensão que impulsionaram o olhar sensível para as questões voltadas à identidade étnico-racial. Dessa maneira, este trabalho ganha corpo e razão de ser, a partir das experiências práticas vividas no Pibid (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) e Estágio Supervisionado (2018-2019).

Nesta trajetória acadêmica, as problematizações advindas de algumas disciplinas, com especial atenção a de Educação e Cultura Afro-brasileira possibilitou a desconstrução de muitos mitos que nos são repassados no período escolar acerca das questões raciais. Vivências na escola demonstraram a necessidade de tratar a temática racial, almejando uma educação onde os pares que atuam dentro da escola tenham consciência racial e trabalhem nessa perspectiva. Uma vez que parece existir um pacto social de que está tudo bem, não se discutindo noções de identidade racial e suas reverberações, afetando a trajetória de indivíduos negros e toda a comunidade afro-brasileira.

Falo de um lugar enquanto mulher negra, que teve sua trajetória dentro da escola afetada continuamente por questões raciais, e minha conscientização acerca dessas questões veio tardiamente, a partir da entrada na universidade, onde pude me aproximar dessas discussões.

Nós pessoas negras, sofremos com o racismo, o preconceito e a discriminação. Esses fatos se desenrolam num processo sutil e desumano e que traz consequências negativas ao cotidiano da vida e precisa ser enfrentado pela educação.

Dessa maneira, na primeira seção traçamos um breve histórico do processo de racismo no Brasil. Em seguida, a Lei 10/639 de 2003 e as principais diretrizes curriculares para Educação Infantil. Já na terceira seção tratamos das memórias da infância, relacionando com as experiências pedagógicas vivenciadas junto ao PIBID e Estágio Supervisionado recorrendo ao conceito de memória, enquanto um método de pesquisa para concluir pela importância das ações antirracistas na escola.

2 QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Para nos situarmos, no debate das questões étnico raciais é preciso entendermos a conceituação de racismo, preconceito e discriminação racial que estou considerando neste trabalho. Parto então da obra de Carneiro (1995) que traz de forma clara as ideias desses termos:

[...] preconceito, é um conceito ou opinião formados antecipadamente[...]é uma ideia preconcebida e desfavorável a um grupo racial, étnico religioso ou social[...] discriminação racial, **é um** tratamento desfavorável dado a uma pessoa ou um grupo com base em características raciais ou étnicas. Racismo muito mais que [...] discriminação ou preconceito racial é uma doutrina que afirma haver relação entre características raciais e culturais e que algumas raças são, por natureza, superiores a outras. (CARNEIRO, 1995, p. 6).

Segundo a autora o racismo é esse mecanismo que concebe a ideia de superioridade entre as raças e que se desdobrou ao longo dos anos nas mais diversas formas de dominação, segregação e violência.

Adentrando na noção de raça, segundo Munanga (2003, s.p) “A variabilidade humana é um fato empírico incontestável que, como tal merece uma explicação científica. Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento” mas, historicamente distorceram o conceito de raça, usando de forma desonesta para determinar uma suposta inferioridade de indivíduos baseados em características biológicas e estéticas que determinaria a capacidade cognitiva, social e cultural de um ser humano, uma espécie de cortina de fumaça que escondia o interesse maior em dominar diferentes povos e territórios. Munanga (2003) argumenta sobre a inoperância desse conceito no seu sentido biológico e científico.

(...)os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito alias cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem. (MUNANGA, 2003, s.p).

Mesmo com a constatação da inoperância do conceito de raça, seu uso se faz presente enquanto um marcador histórico e social na maioria das pesquisas de cunho racial.

E apesar do descarte das ideias de raças, essas noções entranharam no imaginário social e em diferentes momentos da história ganhou respaldo da religião

cristã ou da ciência atuando como um mecanismo, para esconder os verdadeiros interesses da classe dominante.

A crise política, social ou econômica (...) forma um cenário propício ao aparecimento e à proliferação de raciocínios e juízos deformados, instigadores de tensões e conflitos sociais. Detecta-se um problema quando na verdade a causa é outra. (CARNEIRO, 1995, p. 7).

O racismo contra os negros no Brasil decorreu do próprio processo escravocrata, alguns podem dizer que isso ficou no passado, mas, as implicações são vivenciadas até os dias de hoje em todos os âmbitos da sociedade.

A população negra no Brasil representa aproximadamente 58% da população, segundo pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística) realizada em 2016. Dito isto, somos maioria da população, porém, as desigualdades econômicas, políticas, sociais e educativas etc. são gritantes.

Um estudo realizado em 2018, com base nos dados do IBGE intitulado “Desigualdades sociais por Cor ou Raça no Brasil” demonstra resultados claros das implicações sociais do racismo em nossa sociedade. Por exemplo, na representação política - deputados federais eleitos - 24,4% são negros enquanto 75,6% são brancos. No mercado de trabalho quando analisado os cargos gerenciais 68,6% são ocupados por brancos e somente 29,9% por negros e no escopo desse dado 15,4% de brancos estão abaixo da linha de pobreza (inferior a US\$ 5,50/dia) para 32,9% de negros nessa condição.

Na educação, de acordo com a PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019), a taxa de analfabetismo seguindo o critério de cor e raça para pessoas acima de 15 anos está em 3,6% para pessoas brancas, enquanto que de pessoas negras chega a 8,9%. Quando se analisa a taxa de analfabetismo existente entre pessoas de 60 anos ou mais temos uma taxa de 9,5% entre pessoas brancas e 27,1% entre indivíduos negros. Esses são somente alguns dados que nos ilustram as exacerbadas desigualdades raciais existentes no nosso país.

Existe no Brasil uma tradição de criação de mitos e estereótipos como uma forma de mascarar a realidade e tirar o foco da verdadeira fonte de problemas. Desde o século XVI utilizava-se o argumento de que os negros não eram dignos de ocupar espaços de poder pois faziam parte de uma “raça impura”. Um racismo de ordem cristã como uma forma de excluir essa população mantendo a elite dominante sempre no poder.

Esse racismo de cunho teológico persistiu até o século XVIII. Segundo Carneiro (1995) os grupos e irmandades católicas que atuavam no Brasil tinham grande influência nas ideias repassadas à sociedade e dentre os discursos, endossavam a ideia de pureza de sangue e limpeza racial. Os poderes que regiam a sociedade naquela época manipulavam os meios de comunicação, criando mitos, reforçando estereótipos, impondo valores e ideias que reforçavam a discriminação racial.

A ciência, mais especificamente “estudiosos” da Europa, produziram com fervor estudos para comprovar a inferioridade de indivíduos negros. “O avanço da ciência não foi suficiente para levar o homem branco a aceitar a diversidade racial e cultural (...). Caindo numa espécie de anticientificismo, o século XIX produziu ideias racistas (CARNEIRO, 1995 p.19).” As teorias que procuravam justificar a inferioridade de algumas raças foram amplamente consumidas pelos intelectuais brasileiros, que divulgavam ideias “científicas” alternando com os discursos populares para reforçar discriminações. As críticas a esses ideais racistas sempre houveram, mas não ganhavam amplitude num cenário tomando pela intolerância racial.

Como argumenta Carneiro (1995), a entrada para o século XX foi marcada por retrocessos e o seu atraso foi continuamente associado a presença dos negros, abrindo espaço para os discursos eugenistas¹ que tomaram conta do Brasil naquela época.

Todos estavam preocupados com o futuro do Brasil, previsto como duvidoso, sob a alegação de ser um país de mestiços. (...) a questão de raças passou a ser discutida por cientistas, intelectuais e bacharéis em direito, fieis admiradores dos teóricos racistas europeus. (CARNEIRO, 1995, p. 26).

Até 1888 foram quase 400 anos de escravidão oficializada, nisso percebemos com espanto o pouco tempo de “libertação”, 134 anos. Esse acontecimento basicamente foi um marcador oficial, que ocorreu por pressões econômicas e políticas e não, diretamente, um olhar para a desumanidade do processo escravocrata. Exemplo disso é que não foram criadas políticas públicas que inserissem pessoas negras na sociedade, (as implicações disso podem ser analisadas a partir dos dados do IBGE colocadas anteriormente), estas em sua maioria continuaram em seus postos

¹ Eugenia segundo Moura (1995) é uma palavra derivada do grego *eu* (bom) e *gênesis* (geração) e propunha a escolha de uma raça (a mais pura) ou do bom nascimento, chegando ao extremo de defender esterilizações de doentes, criminosos, judeus e ciganos.

de trabalho vivendo em condições análogas à escravidão sem direito a exercer sua cidadania e terem acesso a saúde, educação, cultura e lazer.

Muitos, para tentar se inserir na sociedade optaram pelo branqueamento, e isso pode ser observado até os dias atuais, que é uma tentativa de estar o mais próximo possível do padrão dito como o ideal para ser “aceito” na sociedade.

Outro ponto, é a perseguição à cultura e às religiões de origem africana de forma escancarada e institucionalizada. Para ilustrar isso tivemos o código penal de 1890 que proibiu até 1937 a prática da capoeira. O documento diz,

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal: Pena - de prisão celular por dois a seis meses. Parágrafo único. É considerado circunstância agravante pertencer a capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro. (BRASIL, 1890, p. 2664).

Portanto, a história nos dá exemplos das tentativas de apagamento da população negra das mais diversas formas. O enfretamento sempre houve, tanto que hoje em dia conquistamos a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 que coloca a capoeira como “bem de natureza imaterial e de formação da identidade cultural brasileira” (BRASIL, 2010, p. 19).

Por meio da musicalidade do Mestre de Capoeira Toni Vargas podemos verificar a denúncia da criminalização da capoeira a partir da recitação do código penal citado anteriormente, onde também denuncia a escola enquanto um espaço que conta apenas um lado da história;

lêeee

Dona Isabel que história é essa?

Dona Isabel que história é essa

Oi ai ai!

de ter feito abolição?

De ser princesa boazinha que libertou a escravidão

Tô cansado de conversa

tô cansado de ilusão

Abolição se fez com sangue

Que inundava este país

Que o negro transformou em luta

Cansado de ser infeliz

Abolição se fez bem antes

E ainda há por se fazer agora

Com a verdade da favela

E não com a mentira da escola (...)

(Trecho da música: “Dona Isabel “, de Toni Vargas)

O trecho dessa música nos demonstra a importância da cultura oral e popular para perpetuação da história e resistência dos povos negros no Brasil.

Dessa forma, a liberdade não chegou, essa abolição somente aconteceu nos papéis oficiais. A bonita narrativa da princesa Isabel nos livros didáticos e na história oficial do Brasil é uma farsa, parte da realidade contada por quem domina o país, uma nação que carrega as marcas históricas de um processo desumano, como verificamos na musicalidade da capoeira por meio do Mestre Toni Vargas.

As implicações desse histórico racista ecoam fortemente durante toda história da população negra do país, e vai ganhando conotações diversas. Ora escancarado, noutros de forma velada, acontece nas estrelinhas o que pode ser difícil de enfrentar porque não sabemos de onde vem e perpassa todas as experiências de nós, pessoas negras, abrindo espaço para os discursos de que isso é “MI, MI, MI,” e que racismo não existe.

No Brasil há um racismo camuflado, disfarçado de democracia racial. Tal mentalidade(...) é tão perigosa quanto aquela que é assumida, declarada (...) o brasileiro tem uma mentalidade racista e antisemita. Esse aspecto está oculto na chamada história oficial em que certos assuntos são evitados, para não ferir a memória de instituições e personalidades.” (CARNEIRO, 1995, p. 7).

Ainda hoje nas dinâmicas sociais, percebemos as consequências da ideia de que vivemos numa democracia racial, ideia que ganhou sustentação a partir do trabalho de Gilberto Freyre em seu livro Casa grande e Senzala (1933) que traz a ideia de harmonia entre as três raças, onde romantiza a questão da miscigenação e ignora totalmente os problemas advindos daí. E como já foi argumentado esse mito de paraíso racial que permeia o imaginário social de grande parte da população é uma das formas de mascarar a exploração e o caráter racista do brasileiro.

Essa questão da democracia racial é tão forte que os discursos que escutamos dentro das escolas é o de que somos todos iguais, que me incomoda e parece reforçar um ar de que está tudo bem. Uma vez que esse discurso pode ser problemático pois é repetido há anos, mas os problemas decorrentes do racismo, discriminação e preconceito racial persistem.

Há ainda no Brasil, por conquista do movimento negro, um fenômeno de leis muito bem elaboradas que tratam dos direitos de todos a uma vida plena e digna,

respeito à diversidade etc., porém na prática na maioria das vezes tem-se um descompasso muito grande na sua aplicabilidade, isto é: na sua implementação.

Qual é o caminho? Quais as articulações devem ser feitas para que essa discussão seja levada a sério, para que façam valer as leis e resoluções existentes, tais como a Lei 10.639/2003; Lei 11.645/2008; Lei 12.288/2010; Lei 12.711/2012?²

2.1 A educação étnico - racial para a Infância no Brasil (dispositivos legais)

A Lei 10.639/2003 trata da obrigatoriedade do Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana nas fases do Ensino Fundamental e Médio. Nesse sentido, a resolução trata de oferecer orientações, critérios e referências para se trabalhar as questões raciais dentro das instituições de ensino, de forma a considerar as especificidades de cada realidade encontrada, almejando a construção de uma sociedade realmente democrática. Esta normativa em questão foi alterada pela a lei 11.645/2008 que inclui a necessidade de conteúdos que tratem também da história dos povos indígenas, e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.

Ao nos aprofundarmos nesses documentos percebemos orientações bastantes pertinentes para se trabalhar com as questões raciais na escola. O documento aponta que para isso se efetivar deve se construir um trabalho que envolva todos da comunidade, e que o estado se incumba de oferecer materiais didáticos que tratem das questões raciais de forma sincera, onde não mostrem apenas um lado da história. A resolução ratifica também a questão de uma formação inicial e continuada de qualidade ancorada numa perspectiva de desconstrução de ideais racistas que estão entranhadas no imaginário social.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Educação, em sua Resolução Nº 3 de 10 de março de 2004, com base na Lei 10.639/2003 estabelece que o caminho para combater o racismo na nossa sociedade é através da educação, afirmando que:

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em

² Ver anexo A.

preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados. (BRASIL, 2004).

Considerando isso, é papel do Estado efetivar um real interesse a partir de políticas públicas que caminhem num sentido de direitos e oportunidades em equidade para todos.

Vale ressaltar que essas questões passam a ser consideradas a partir de movimentações sociais, em especial do Movimento negro. As leis em questão foram construídas no sentido de reparar as consequências advindas do processo de exploração da população negra por séculos no Brasil, e isso é dever do estado e no nicho desse trabalho, da escola, formar cidadãos engajados na construção de uma sociedade que respeite a diversidade existente. É preciso que nós, pessoas negras nos enxerguemos, que conheçamos nossa história e que tenhamos referência positivas para além dos estereótipos negativos que a sociedade brasileira teima em continuar reproduzido e que tanto causa problemas no nosso desenvolvimento.

E nesse escopo a escola tem um papel crucial, por ser um espaço que deve formar cidadãos compromissados para a construção de uma sociedade justa, devendo a partir disso viabilizar acesso à conhecimentos científicos que tragam perspectivas que rompam com estereótipos racistas e tragam representatividade cultural e social ratificando a importância da população negra na construção da sociedade brasileira. Sobre isso, ainda o Conselho Nacional de Educação, estabelece

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira (...). (BRASIL, 2004).

Portanto, é de suma importância que nós, pessoas negras nos enxerguemos na sociedade, que sejamos representados, e muito mais que isso que possamos ter as oportunidades de crescimento para termos acesso a uma vida digna. Como dito no documento em questão, precisamos conhecer nosso passado para que possamos construir novas narrativas.

2.1.1 Dispositivos legais para Educação Infantil

Nesse sentido, parto agora para identificação do que dizem os principais dispositivos legais para Educação Infantil acerca do trabalho com as questões étnico raciais. Vamos refletir sobre o RCNEI, DCNEI e a BNCC, alguns dos principais dispositivos para orientações educativas para a educação infantil no Brasil.

2.1.2 O referencial curricular nacional para educação infantil- RCNEI

O RCNEI Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil elaborado em 1997, em decorrência da nossa segunda LDB (1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996); se propõe (o RCNEI) a oferecer orientações na construção dos currículos das instituições de Educação Infantil.

O documento se estrutura em dois eixos de aprendizagem: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo, sendo bastante descritivo e dividido em três volumes. Este documento já demarca a simetria entre cuidar e educar, e logo no início acentua o objetivo de orientar práticas pedagógicas alinhadas com um processo formativo que estimule a formação da identidade e autonomia.

O primeiro eixo, Formação pessoal e social é voltado para as interações e experiências das crianças no que concerne a formação da sua identidade. Neste sentido, segundo o documento as instituições devem traçar um trabalho onde as crianças aprendam a conviver consigo mesmas e com outros respeitando as diferenças.

O eixo: Conhecimento de mundo³ diz respeito aos conhecimentos ligados as diferentes culturas existentes, e no sentido do documento, a cultura diz respeito a aspectos amplos e plurais voltados para as diferentes linguagens e produções científicas, simbólicas e sociais produzidas ao longo da história da humanidade.

No material vemos os apontamentos voltados as questões do trabalho com as diferenças, formação da identidade e a importância de profissionais, materiais e ambientes adequados para que haja um bom desenvolvimento das atividades planejadas. Desejando a inculcação de novas perspectivas e buscando demarcar

³ <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>

nossas individualidades e coisas que nos aproximam enquanto seres humanos. Segundo o RCNEI (1998),

Individualizar a educação infantil, ao contrário do que se poderia supor, não é marcar e estigmatizar as crianças pelo que diferem, mas levar em conta suas singularidades, respeitando-as e valorizando-as como fator de enriquecimento pessoal e cultural. (BRASIL, 1998, p. 33).

Dessa forma, se aponta para a necessidade de trabalhar a identidade das crianças desde a mais tenra idade, para que elas se reconheçam e acolham suas características estéticas e culturais bem como das pessoas com as quais convivem.

2.1.3 DCNEI

A resolução CNE/CEB N° 5, de dezembro de 2009 fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil onde aponta essa fase da educação como primeira etapa da Educação Básica devendo atender crianças de 0 à 5 anos com a finalidade de que se desenvolvam integralmente, tendo como premissa o cuidado e educação.

As Diretrizes abordam algumas definições acerca de Currículo, Criança, e Proposta Pedagógica que estão considerando. A criança aqui é vista enquanto um sujeito histórico possuidor de direitos e que nas suas relações constroem suas identidades. O Currículo enquanto um “Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico(...)”. E a proposta pedagógica como um planejamento com metas e ações a serem alcançadas para o pleno desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Devendo ser construído coletivamente. De acordo com isso enfatizam a importância da organização do tempo, espaço e materiais para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

O tópico 4 do documento intitulado “A função sociopolítica e pedagógica da Educação Infantil” em conformidade com o que diz a Constituição de 1988 diz que o objetivo das instituições de ensino deve caminhar no sentido de reduzir todo o tipo de desigualdade existente. De acordo com a Resolução CNE/CEB/N° 5/2009,

(...) cumprir função sociopolítica e pedagógica requer oferecer as melhores condições e recursos construídos historicamente e culturalmente para que as crianças usufruam de seus direitos civis, humanos e sociais e possam se manifestar e ver essas manifestações acolhidas, na condição de sujeito de

direitos e de desejos. Significa, finalmente, considerar as creches e pré-escolas na produção de novas formas de sociabilidade e de subjetividades comprometidas com a democracia e a cidadania, com a dignidade da pessoa humana, com o reconhecimento da necessidade de defesa do meio ambiente e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa que ainda marcam nossa sociedade. (BRASIL, 2009).

O documento traz em seu Artigo 4º que

As propostas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade produzindo cultura.” (BRASIL, 2009).

A partir disso, o documento estabelece que as instituições de ensino devem estar engajadas constantemente no combate ao racismo e todas as formas de discriminações existentes, intervindo pedagogicamente e apontando novos paradigmas a partir disso.

Considerado isso as diretrizes trabalham numa noção teórica de que a criança é um sujeito que já é, e não uma folha em branco, devendo então trabalhar numa perspectiva democrática e de respeito ao que a criança já traz, ampliando e desenvolvendo novos conhecimentos e experiências.

Como estamos verificando é ratificado em lei a necessidade de se trabalhar numa perspectiva democrática que busque romper com todas as formas de desigualdades logo na infância, que é quando a criança está desenvolvendo sua identidade. Sobre isso as DCNEI orientam que

A valorização da diversidade das culturas das diferentes crianças e de suas famílias, por meio de brinquedos, imagens e narrativas que promovam a construção por elas de uma relação positiva com seus grupos de pertencimento, deve orientar as práticas criadas na Educação Infantil ampliando o olhar das crianças desde de cedo para a contribuição de diferentes povos e culturas(...). (BRASIL, 2009, p.10).

Nesse sentido, iniciar um trabalho que busque mostrar as contribuições de diferentes povos na construção do nosso país é extremamente relevante. Essas movimentações caminham rumo a uma educação antirracista, pautada numa perspectiva decolonial, ou seja, a busca por romper com um ensino de via única que conta apenas um lado da história: a dos colonizadores.

2.1.4 BNCC

Outro documento normativo da educação, divulgado recentemente, em 2018, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que tem como objetivo nivelar os conhecimentos em nível nacional, portanto, é a regra, devendo os educadores formatar seu trabalho de acordo com o documento. No que concerne à Educação Infantil, o eixo orientador são as experiências e brincadeiras, e as orientações para essa fase da educação são divididas em: **Direitos de aprendizagem** (Conviver, brincar, participar, interagir, explorar e conhecer-se), **Campos de experiências** (O eu, o outro e o nós, Corpo, gestos e movimentos, Traços, sons, cores e formas, Escuta, fala, pensamento e imaginação, e Espaço, tempo, quantidade, relações e transformações) onde a partir disso se estabelece os **Objetivos de aprendizagem**.

Ao conhecermos essa estrutura e suas atribuições percebemos que a maioria delas vem caminhando no sentido de valorizar os direitos de aprendizagem de cada criança, considerando a diversidade existente e apontando para a realização de um trabalho pedagógico que amplie e consolide novas aprendizagens a partir da convivência e socialização.

O direito de aprendizagem “Conhecer-se” diz o seguinte “(...)construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (BRASIL, 2018, p.38).” aqui se demonstra a importância da convivência e socialização entre as crianças e indivíduos que fazem parte do seu processo formativo para que se reconheçam e conheçam os outros.

A BNCC para a Educação infantil não se centra apenas na parte cognitiva, mas também na parte relacional e de convivência como verificamos anteriormente. Isso nos aponta para a importância de um trabalho educacional que esteja atento a como estão se estabelecendo as relações entre as crianças. Nesta fase da educação, a premissa é educar e cuidar de forma indissociável e segundo a BNCC esse trabalho deve ser articulado com a educação familiar. Nesse escopo, aproximando das questões raciais a instituição deve efetivar um trabalho que considere a diversidade cultural e étnica, num sentido de considerar as diferenças ao planejar as atividades e experiências, que vale dizer devem ter uma intencionalidade pedagógica ou seja, não deve ser uma coisa solta ou “natural”.

A intencionalidade pedagógica diz respeito a propostas de atividades articuladas pelo educador que permitam a criança conhecer a si e aos outros, num movimento de descoberta do mundo. E nessas movimentações, o trabalho do educador é observar e refletir os avanços e possibilidades de cada criança.

Em um dos seus objetivos de aprendizagem no campo de experiência “O eu, o outro e o nós”, a lei orienta que as crianças bem pequenas devem “perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.” (BRASIL, 2018, p.45) ratificando o que foi dito anteriormente, acerca de se perceber e demonstrar respeito e valorização diante das características estéticas de todos.

O documento aponta a dimensão dos cuidados pessoais, enquanto um momento onde a criança tem a possibilidade de desenvolver sua autonomia “Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio.” Aqui podemos verificar a dimensão do cuidar e educar na Educação Infantil, e para um educador atento a questões raciais esse momento pode ser solo fértil para o trabalho de valorização e reconhecimento das características individuais e semelhantes de cada um.

As crianças enquanto seres atuantes no mundo, e que aprendem o tempo todo a partir de suas observações e experiências necessitam ter isso aguçado a partir de boas experiências, sobre isso A Base Nacional Comum Curricular orienta que,

(...) na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos. (BRASIL, 2018, p. 40).

Então a Base Nacional Comum Curricular vislumbra uma educação engajada e que prime por um trabalho que respeite e valorize as especificidades de cada criança. E que nas interações sejam capazes de se desenvolverem e construam boas experiências e relações uma vez que é na infância que formamos nossa personalidade, e o que se vivência ali pode marcar sua vida inteira.

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição

escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. (BRASIL, 2018, p. 40).

Em nossa próxima seção apontamos alguns elementos de memórias acadêmicas no Pibid e no Estágio que foram significativas nas reflexões sobre as questões étnico-raciais.

3 MEMÓRIAS DE INFÂNCIA E MEMÓRIAS ACADÊMICAS NO PIBID E ESTÁGIO SUPERVISIONADO DOS ANOS INICIAIS NA CIDADE DE MIRACEMA DO TOCANTINS (2018-2019)

No ano de 2018 iniciei minha participação no Pibid, o projeto do grupo era a contação de histórias. Na turma em que fiquei tinha 22 crianças, que em sua maioria eram negras.

Juntamente com minha colega priorizávamos a leitura de livros infantis que tratassem da diversidade e que mostrassem diferentes realidades a partir da ludicidade, de forma que articulássemos com a realidade da nossa cidade.

O fato que irei relatar ocorreu no dia 20 de novembro, onde decidimos contar a história do livro “A cor de Coraline” (2017) de Alexandre Rampazo que trata da diversidade e identificação racial com um certo humor e ludicidade.

O livro traz diversas ilustrações, e de início resolvemos desenhar em um cartaz Coraline personagem principal do livro, uma menina negra dos cabelos crespos. Exploramos esse desenho feito, juntamente com as imagens contidas no livro, e ao irmos contando a história mostrávamos para as crianças fazendo perguntas e interagindo “olha só meu cabelo é igual ao de Coraline, alguém mais se identifica com alguma característica dela?”

Prontamente várias crianças falaram coisas do tipo: --- não tia, o cabelo dela é feio--- ela é feia ---. Outros torceram a cara... demos continuidade no planejamento e pedimos às crianças que desenhassem a ilustração que mais tinham se identificado, e nenhum queria desenhar a personagem principal, tentamos direcionar as crianças falando tipo “olha só, nós desenhamos a garota negra porque nos identificamos com o cabelo e a cor dela”. E nesse movimento elas acabaram desenhado muito a contragosto, somente para agradarem as professoras.

Como disse, esse acontecimento foi no dia da Consciência Negra e pela escola tinha aqueles conhecidos jargões “Somos todos iguais”, “somos todos humanos”. Nesse processo me veio muitos questionamentos: estão sendo trabalhadas as questões étnico-raciais nas escolas? De que forma? A partir de quais perspectivas? E porque as crianças não se identificam com suas características? Em que medida isso afeta suas trajetórias?

Outro fato, ocorreu no ano de 2019 durante o Estágio Supervisionado dos Anos Iniciais, na Escola Municipal Francisco Martins Noleto. Nesta instituição fiquei numa

turma do 5º ano que tinha 25 estudantes. Era uma turma bastante agitada o que foi difícil para conseguirmos desenvolver o planejamento. Durante as horas do estágio, o professor supervisor sempre reservava alguns minutos para conversarmos sobre alguma situação que tivesse ocorrido e nos direcionava para discutir sobre.

Lembro de uma situação que aconteceu com uma das turmas, em que um aluno com deficiência (não me recordo qual), teve uma crise de convulsão e isso paralisou os estagiários que estavam na sala pois não souberam como agir. Durante sua fala o professor argumentou o fato de que pouco estávamos sendo preparados para saber lidar com esse tipo de situação.

Durante uma das regências, os estudantes tinham acabado de voltar do recreio, estavam todos eufóricos e pedíamos silêncio para iniciar a aula, e em certo momento, não lembro o contexto, um dos alunos gritou para uma colega “sua escrava”, eu, enquanto a pessoa que ministrava a aula fiquei um segundo sem reação, mas posteriormente o “repreendi”, pois foi o que consegui no momento. Logo após o acontecido, a menina não falou nada, apenas sentou na sua cadeira lá no fundo e ficou todo o tempo calada.

Nesse sentido, fica o questionamento a partir do que foi trazido no início do relato: como agir nessas situações enquanto profissional da educação? Qual o caminho? Porque a garota “aceitou” isso? Como ela se defenderia? tinha ferramentas para isso? De que forma essa situação afetou sua trajetória?

Ela, uma menina negra, retinta, que quando cheguei no primeiro dia de estágio me recebeu toda feliz, simpática e curiosa, a percebi triste nos outros dias que estive na sua sala.

3.1 Memórias de Infância: O que nos revelam, sobre relações inter-raciais nas instituições de Educação Infantil

Considerando inicialmente minhas próprias memórias no campo da formação universitária, durante o curso tentei fugir da temática em questão por tocar em questões sensíveis relacionadas às minhas experiências pessoais no ambiente educativo. Porém, vivências como as relatadas no início da seção ratificou a importância de discutir este tema.

O projeto inicial desta pesquisa visava a realização de entrevistas com sujeitos negros adultos para escutarmos suas memórias, porém isso não foi possível. Apesar

disso, optamos por trazer essa perspectiva da memória enquanto um método de pesquisa de cunho qualitativo, e que Segundo Dores (1999) tem um caráter subjetivo. Desta maneira é um estudo das relações estabelecidas pelos indivíduos no seu meio social, devendo considerar os sentimentos e sensações desse processo durante o estudo.

Dores (1999) discute em seu trabalho *A memória como método de pesquisa* diferentes conceituações acerca do termo memória. Alguns autores a colocam num campo subjetivo e individual;

A memória parece ser, a priori, como defende Henri Bergson, analisado por Ecléa Bosi em *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (1994) um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio das pessoas, que conservam em seu espírito, o passado, que aflora na consciência em forma de imagens-lembrança e nos sonhos e devaneios em forma pura. (DORES, 1999, p.116).

Já outros a consideram um mecanismo coletivo que sofre influências do meio social em que o indivíduo está inserido;

Maurice Halbwachs, em *a Memória Coletiva* (1990), no entanto, contesta essa interpretação. Para ele, a memória não é um fenômeno estritamente individual, mas um fenômeno coletivo, que influencia as lembranças dos indivíduos, "construída coletivamente e submetida a flutuações, transformações e mudanças constantes", como afirma Pollak (1992, p.201). Não devendo, portanto, ser avaliada isoladamente, mas posta em relação com toda a experiência social do grupo em que o sujeito está inserido. (DORES, 1999, p. 116).

Nesse sentido, a memória do indivíduo não dependeria apenas do plano individual, mas de todo um conjunto: ciclo familiar, amigos, ou seja, do meio social em à qual faz parte. Considerando isto, o sujeito adulto ao relembrar memórias de infância articularia isso a partir das experiências e relações construídas no tempo presente e também das ideologias que segue.

A leitura social do passado com os olhos do presente, torna o teor ideológico mais visível... os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica 'neutra'. Ele quer julgar, marcando bem de que lado estava naquela altura da história. (BOSI apud DORES 1999, p. 120).

Seria um olhar já maturado a partir das suas vivências e posicionamento político de hoje e como argumenta Dores (1999, p. 117) "Relembrar não é recuperar o passado na sua inteireza, na sua pureza e totalidade, como pensava Bergson. Mas

refazer a partir de ideias e valores de hoje, parte desse passado, pois a memória é seletiva.”

Gaspar ainda argumenta que para trabalhar na perspectiva da memória enquanto método de pesquisa é necessário adquirir conhecimentos acerca da área de psicanálise, não necessariamente como profissionais dessa área, mas enquanto cientistas sociais dispostos a aprender sobre essa vertente.

Outro ponto do trabalho com a memória é sua estreita relação com o sentimento de identidade. Sobre isso Pollak apud Dores (1999, p. 116) diz que ao “reconstruir acontecimentos pretéritos, ao mesmo tempo, construímos a nossa própria identidade e do grupo em que estamos inseridos”. Nesse sentido, as memórias perpassarão por sentimentos de pertencimento, aceitabilidade, ou seja, a forma como nos vemos representados no mundo. Pois segundo Dores (1999) nossa identidade é construída a partir das referências que temos na nossa sociedade.

Dessa maneira, ao trazermos memórias à tona estamos construindo uma narrativa e reivindicando um lugar de acordo com nosso posicionamento político e ideologias. Trazendo isso para a baila das nossas reflexões até aqui, as memórias serviriam então para a manutenção da ordem vigente, ou em outro espectro serve como ferramenta para contestação de ideias que reforçam noções de superioridade, exclusão e etc.

No 3º período (2017) na disciplina Infância, Cultura e Sociedade me foi apresentado o livro de Souza (2002), onde a partir dos seus relatos, a autora discute racismo, preconceito e discriminação racial no ambiente escolar tendo como foco a educação infantil. Vejamos um pouco das contribuições da autora e dessa obra para nossas reflexões.

Yvone Costa de Souza é formada em Serviço social, Mestre em Educação, Cultura e Comunicação pela UERJ, e Especialista em Educação Infantil pela PUC/RJ. Atua há 33 anos como assistente social na Creche Fiocruz, fazendo um trabalho voltado para a formação continuada de professores onde trata de temas atrelados a educação infantil, tendo como foco as questões étnico raciais.

Em seu livro *Crianças negras- Deixei meu coração em baixo da carteira* a autora articula reflexões que perpassam pelas suas memórias de infância e o trabalho que desenvolve na Creche Fiocruz, debatendo acerca das questões étnico raciais na Educação Infantil. Vale dizer que o material em questão foi desenvolvido no ano de

2002, um ano antes da Lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro Brasileira nas escolas.

Tratar de questões étnico raciais, resgatando memórias, se colocando como pesquisador e articulando isso com sua identidade é um tanto delicado. Eu, enquanto mulher negra, que escolhi me colocar nessa seara de discussões me percebo com um nó na garganta na maior parte do tempo. Sobre isso, Souza (2002) argumenta que é preciso deixar seu coração embaixo da carteira, ou seja, suas emoções, para que consiga falar sobre e se posicionar politicamente no sentido de enfrentar as implicações do racismo que tanto nos afeta.

O diálogo sobre as questões étnico-raciais está numa linha que se assemelha a muitas outras discussões que também suscitam preconceitos. Os discursos que ouvimos diante dessas situações são os mesmos “a juventude hoje está muito sensível”, “isso sempre teve” etc. E isso nos leva ao discurso aceito popularmente de que isso tudo é natural e não há o que fazer. Então, qual o caminho rumo ao enfrentamento das implicações do racismo?

É perceptível o porquê que muitas pessoas negras, conscientes racialmente ou não fujam desse debate, porque lembrar da sua trajetória é como se você materializasse essas violências novamente. Lembrar memórias de infância mesmo depois de um processo de maturação, traz sensações de *dejavú* pois continuamos a ver enquanto futuros profissionais da educação situações de preconceito, discriminação e rejeição das suas características como relatado anteriormente. E é triste ver que pouco mudou, que crianças negras continuam sendo silenciadas, tendo suas dores minimizadas e tratadas como “coisa de criança”. Sendo levadas a enfrentar essas situações “escolhendo” o caminho da introversão, ou da criança “difícil de lidar” “que não tem jeito”.

Esses caminhos que nos são dados, podem nos privar de um desenvolvimento o mais pleno possível. Talvez isso não faça sentido para a maioria das pessoas brancas que usufruem de privilégios e oportunidades que parecem simples, mas fazem toda a diferença. Quem é negro ou negra sabe do que estou falando. Ter que criar mecanismos de sobrevivência já na infância ao invés de vivenciar essa fase é cruel e deixa marcas difíceis de serem contornadas.

O primeiro caso que relatei, demonstra que a grande maioria das crianças daquela sala não se identificavam com suas características. O porque isso ocorre? Um teste realizado na década de 60 idealizado por Mamie e Kenneth Clark

denominado “Doll Test” (já foi reproduzido inúmeras vezes inclusive no Brasil) com intuito de demonstrar os traumas deixados pelo racismo, preconceito e discriminação em crianças afro-americanas nos aponta que é inculcado nas crianças ideias de que tudo de ruim e feio é atrelado a pessoas negras. E quem quer se identificar com isso? Em seu material Souza (2002) relata que;

Percebemos dentro de creches, e pré-escolas, crianças negras querendo seus cabelos lisos, ruivos, louros e negros escorridos, isto é, buscando a ideia do “belo” que lhe é passada através de um processo excludente e preconceituoso, deformando a imagem que a criança negra faz de si e reforçando a negação de sua condição racial. (SOUZA, 2002, p. 37).

Então, qual seria o papel da educação escolar para desconstrução dessas ideias? Metodologias e materiais didáticos descolonizados? Formação inicial e continuada que deem ferramentas para uma prática antirracista?

Sabemos até aqui que tratar das questões raciais é um desafio, principalmente na Educação Infantil. E muitos podem se perguntar “Como vou trabalhar isso com crianças?” É preciso entender que essas questões estão presentes desde a mais tenra idade na vida de crianças negras que, ao saírem do seio familiar onde em sua maioria é um ambiente de afeto e acolhimento, e adentar o ambiente escolar, isso pode ser um divisor de águas, pois ali muito provavelmente vão passar a sofrer as implicações do racismo de forma mais contundente. E aqui compartilho do relato de Djamila Ribeiro, que fala sobre isso em seu livro, *Um pequeno Manual antirracista* (2019),

O início da vida escolar foi para mim o divisor de águas: por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. Até então, no convívio familiar, com meus pais e irmãos, eu não era questionada dessa forma, me sentia amada e não via nenhum problema comigo: tudo era “normal”. “Neguinha do cabelo duro”, “neguinha feia” foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. Ser a diferente—o que quer dizer não branca—passou a ser apontado como um defeito. Comecei a ter questões de autoestima, fiquei mais introspectiva e cabisbaixa. Fui forçada a entender o que era racismo e a querer me adaptar para passar despercebida. (RIBEIRO, 2019, p. 16)

A partir desse relato da autora, lembro-me de que assim que iniciei minha trajetória escolar sofria discriminação continuamente e minha forma de defesa era o choro. E, no decorrer dos anos, ficar quietinha sem interagir para que não me percebessem, pois não queria ser o foco dessas situações que, mesmo assim não deixavam de acontecer.

Relatos como esse são comuns entre pessoas negras. O racismo inicia muito cedo, já durante a infância.

Souza (2002) questiona o que é a infância atualmente, apontando que é o papel das instituições de Educação Infantil atender as necessidades das crianças, necessitando ser um espaço de interação, acolhimento e convivência entre todos, o que é ratificado nas normativas explicitadas no início deste trabalho.

Uma questão que Souza (2002) bate na tecla é sobre a representatividade. A autora relata uma experiência em que chega numa sala da creche e as crianças se interessam pelo colar de máscara africana que estava usando, percebendo o interesse o deixou para que a professora pudesse desenvolver alguma atividade, porém, não foi utilizado;

(...) sugerindo à professora inclusive que aproveitasse a oportunidade e o interesse das crianças para trabalhar de forma interdisciplinar:(...) falar sobre os animais, as cores vivas dos países africanos, tipos de moradia, sobre etnias (...) quero ressaltar que, neste exato dia estavam sendo preparadas com as crianças as comemorações do Halloween. Porque seria mais fácil trabalhar a cultura americana do que a cultura africana? (SOUZA, 2002, p. 66)

A autora relata que posteriormente a professora procurou-a para relatar o fato de que não sabia como trabalhar essa temática. E nisso percebemos que ainda parece ser um desafio se desvencilhar de conteúdos colonizadores.

Como salientado ao longo do trabalho, crianças negras sofrem as implicações do racismo de forma cruel, principalmente por ser numa fase em que estão se desenvolvendo. Nesse sentido, é papel do Estado, da escola e todo corpo de atores que trabalham na formação dessas crianças desenvolverem um trabalho educacional para que elas possam ter orgulho de serem quem são, da sua história e que nesse movimento se tornem agentes de transformação rumo a uma sociedade verdadeiramente democrática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, mais da metade da população é negra, e não vemos essa representação nos espaços de poder, de educação, etc, para que as crianças negras possam se identificar e se valorizarem como afro-brasileiros.

Como demonstramos, muitas crianças negras não estão se identificando com suas características. E esse fato tem suas explicações a partir dos mais de trezentos anos de escravidão negra no Brasil e que se reverberou nas mais diversas formas de discriminação contra essa população, no pós-abolição. A ausência de políticas públicas inclusivas e a existência de outras políticas abertamente discriminatórias, racistas e preconceituosas na República brasileira do século XX, contra a população afro-brasileira, trouxe grandes desafios ao século XXI, na perspectiva de uma política pública antirracista.

Nesta linha, as leis étnico-raciais conquistadas pelo movimento negro e promulgadas para orientar o trabalho com a Educação Infantil no Brasil apontam para uma educação engajada no acolhimento de toda a diversidade existente, com destaque para os maiores excluídos desse processo, afro-brasileiros e indígenas.

As leis e diretrizes vislumbram uma educação e formação de professores engajados nessas temáticas, para que, quando os professores cheguem em sala de aula tragam conteúdos que mostrem as contribuições da população negra para nossa sociedade.

Para que ocorram essas mudanças de perspectiva é preciso que os agentes da escola tenham consciência de que vivemos numa sociedade racista e que isso perpetua-se dentro da escola. Somente a partir disso, pode-se iniciar um trabalho que realmente faça valer a aplicabilidade das leis citadas e que caminhe rumo a uma educação antirracista.

Dito isto, é preciso que essa questão faça parte da essência constitutiva da instituição escolar ou seja, desde o seu PPP – (Projeto Político Pedagógico). Além do currículo, um quadro de funcionários qualificados para um trabalho, engajado na proposição de novas narrativas que sejam antirracistas.

Um trabalho conjunto, de todas as instâncias da sociedade, que deve começar por um sistema governamental que disponha de recursos e materiais adequados, bem como a promoção de uma formação inicial e continuada de qualidade.

Apontamos a educação escolar antirracista como uma ação ímpar para a reparação dessas desigualdades étnico-raciais, onde crianças negras usufruam da sua infância na escola de forma saudável e plena tendo seus direitos previstos em lei garantidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. IBGE. Estudos e Pesquisas: **Informação Demográfica e Socioeconômica: Desigualdade social por cor ou raça no Brasil: n.41**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=28203>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

BRASIL. IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICAS. **Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua- Educação 2019**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 27 de jun.2022.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatísticas. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. Agência IBGE notícias, 24 de novembro de 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em 28 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, 2010**. – Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 27 maio. 2022.

BRASIL. Portal da câmara dos deputados. Legislação Informatizada - **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890** - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 27 de maio.2022

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

CARNEIRO, M.L.T. **O racismo na História do Brasil: mito e realidade**. 2º ed. São Paulo, Editora Ática, 1995.

DORES, Fabíola Gaspar. **A memória como método de pesquisa**. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, 1999. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 07. Jun. 2022.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1992. MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l: s.n.], 2004. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001413002>. Acesso em: 07 de abril. 2022.

SOUZA, Yvone Costa de. **Crianças negras: deixei meu coração embaixo da carteira.** Porto Alegre: Mediação 2002.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANEXOS A - RESOLUÇÃO 10.639/2003

ANEXO B - LEI 11.645 de 2008

ANEXO A- RESOLUÇÃO 10.639/2003



LEI N.º

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, tornase obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003

ANEXO B - LEI 11.645 de 2008

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.



LEI Nº

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.3.2008.